

TECNOLOGIA E REGULAÇÃO DEMOCRÁTICA um diálogo entre ciência e ideologia da esfera pública digital

Lucas Fernandes da Silva

Faculdade Paulus de comunicação
241181@sou.fapcom.edu.br

Carlos Jacinto Nascimento Motta

Faculdade Paulus de Comunicação
carlos.motta@fapcom.edu.br

Resumo

O presente texto busca examinar as transformações na esfera pública digital e os desafios da regulação democrática, considerando as interseções entre tecnologia, ciência e ideologia. A pesquisa, fundamentada em metodologia bibliográfica, utiliza conceitos centrais das obras de Jürgen Habermas: Uma Nova Mudança Estrutural da Esfera Pública e a Política Deliberativa, Teoria do Agir Comunicativo, Volume 2, e Técnica e Ciência como Ideologia. O estudo começa analisando como a esfera pública foi remodelada na era digital, abordando as novas dinâmicas de poder e comunicação introduzidas pelas tecnologias digitais. Em seguida, discute a influência da tecnologia como uma forma de racionalidade técnica, explorando a ideologia tecnocientífica que muitas vezes orienta a regulação democrática. O artigo investiga os desafios impostos pela regulação da internet, especialmente em termos de assegurar uma esfera pública racional e deliberativa. A deliberação democrática nas esferas digitais é examinada à luz da Teoria do Agir Comunicativo, destacando os impactos da desinformação e a necessidade de uma regulação que defenda a integridade do discurso público.

Palavras-chave: Esfera pública digital. Regulação democrática. Tecnologia e ideologia. Deliberação democrática. Habermas.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 11, ed. especial, p. 1-18, e-7390, nov. 2024.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia digital transformou profundamente a esfera pública, que ao longo dos anos, tem se reconfigurado para melhor adaptar-se às dinâmicas de comunicação dos cidadãos. No Brasil, a regulação democrática da internet e das plataformas digitais passou a ser tema central nas discussões acadêmicas e políticas. Esse estudo, focado na interseção entre a tecnologia, a ciência e a ideologia na esfera pública digital, tem como objetivo central analisar como esses fatores moldam a deliberação democrática no cenário contemporâneo. Tendo por base os conceitos de Jürgen Habermas, especialmente sua teoria sobre a esfera pública e a colonização do mundo da vida pelo mundo dos sistemas, busca-se compreender as implicações da regulação (ou sua ausência) no fortalecimento ou enfraquecimento do discurso público livre e racional.

A colonização sistêmica das esferas políticas e digitais, conforme proposto por Habermas, ocorre quando a comunicação, que deveria estar ancorada na busca por entendimento mútuo e deliberação democrática, é substituída por uma racionalidade técnica instrumental. No contexto da esfera pública digital, essa racionalidade técnica manifesta-se por meio da influência das grandes corporações tecnológicas e seus algoritmos, que fragmentam o debate público e promovem a manipulação da opinião pública para interesses econômicos e políticos.

Desta forma, este trabalho busca analisar criticamente o impacto da tecnologia na esfera pública digital e como a regulação democrática pode atuar para conter a colonização sistêmica. Especialmente, toma-se como referência a teoria do agir comunicativo de Habermas, e o desafio de preservar um espaço deliberativo em meio à crescente instrumentalização tecnológica. Ao longo da pesquisa, serão discutidos temas como a desinformação, a manipulação algorítmica e a fragmentação da esfera pública digital, apontando possíveis caminhos para uma regulação que proteja a integridade do discurso democrático.

A presente pesquisa fundamentou-se nas obras de Jürgen Habermas bem como de outros teóricos que estudam a questão da esfera pública, com o objetivo de construir uma análise a base da pesquisa. Adotamos a pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão detalhada dessas obras, que permitiu a compreensão das dinâmicas entre tecnologia, ciência e ideologia na esfera pública ou esfera pública digital.

Análise dessas referências forneceu os subsídios teóricos necessários para a elaboração do artigo, permitindo a aplicação dos conceitos de Habermas ao cenário contemporâneo,

especialmente no que tange à colonização sistêmica da esfera pública e o impacto da tecnologia na deliberação democrática.

Severiano (2013) afirma para a pesquisa documental:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (p.95).

Realizou-se um levantamento nas bases de pesquisa: SciELO, periódicos capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Google Acadêmico, Redalyc, nos meses de setembro a dezembro usando os descritores: mundo dos sistemas, esfera pública, esfera pública digital, mundo da vida, colonização sistêmica. O presente texto está dividido nas seguintes partes: Esfera Pública e sua interação no Mundo da Vida, Tecnologia como Racionalidade Técnica e a Colonização sistêmica, Desinformação, Esfera Pública e a Integridade do Mundo da Vida e as conclusões.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ESFERA PÚBLICA E SUA INTERAÇÃO NO MUNDO DA VIDA

Com o surgimento da esfera pública como um espaço dedicado ao uso racional da linguagem, os participantes são incentivados a utilizar a opinião discursiva e a vontade política com base nas normas institucionais daquele ambiente. No entanto, a esfera pública também pode ser influenciada por sistemas que não estão orientados para o entendimento ou para a deliberação, como ocorre no mundo dos sistemas.

Mas antes se faz necessário entendermos como a esfera pública e concebida desde da sua origem até a esfera pública moderna, a esfera pública em Habermas(1984) pode ser entendida como um espaço social onde os cidadãos podem se reunir para discutir questões de interesse comum, formando uma opinião pública crítica e racional a partir de suas ações teleológicas.

Caracterizada pela deliberação e pela racionalidade do consenso e autonomia em relação às influências do Estado, a esfera pública desempenha um papel essencial na democracia deliberativa, ao entre o "mundo da vida" e as interseções do mundo dos "sistemas" formados pelo poder político e econômico⁷⁴, ao qual mais a frente abordaremos melhor.

⁷⁴ A economia pode ser entendida como a personificação do mundo dos sistemas.

Para Habermas, a integridade desse espaço é fundamental para a formação de uma opinião pública que possa orientar e legitimar as decisões políticas em uma sociedade democrática. Esse modelo foi primeiro compreendido na polis grega com o modelo do “público” e “privado” ao qual foi ao longo dos anos sendo também incorporado na Europa Medieval, que foi dando o ordenamento político até que surge a esfera pública burguesa que mantém o status das cidades gregas no que tange as categorias sociais da época.

Para Habermas (1984) a esfera pública burguesa é concebida:

A esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (p.42)

Dentro dessa perspectiva surgiu na era moderna o neoliberalismo e o mercado, ambos concebidos pelo mundo dos sistemas, ao qual sempre tenta colonizar o mundo da vida, e a esfera pública e um dos âmbitos com o qual as deliberações dos atores da comunicação usam para expressar suas opiniões e assim criarem consenso no mundo da vida, mas com a colonização do mundo dos sistemas no cotidiano das pessoas, a esfera pública passou a ter a influência do liberalismo econômico, portanto uma esfera que tinha sua ação voltada para a mútua compreensão e com processos de comunicação assim sendo intersubjetiva, passa a adotar uma noção de ação instrumental voltada para certos interesses de grupos, grupos esses com seus interesses econômicos e políticos que distorcem a esfera pública participativa.

A esfera pública liberal sugeria a separação entre Estado e sociedade. Quando o setor público se interpenetra com o privado, esse modelo se torna inútil, perde suas funções de “mediação”. Então, o quadro institucional precisa ser repolitizado. Este processo também atinge, fatalmente, a esfera pública, numa influência progressiva dos sistemas tecnocráticos sobre o quadro institucional da sociedade. Isso significa: a despolitização da esfera pública, ou seja, a exclusão estrutural da possibilidade de discussão pública nos quadros institucionais da esfera do poder público, as decisões políticas caem fora da discussão racional da esfera pública. (Lubenow, 2007, p.101)

Em relação à esfera pública, Habermas sustenta que:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de

uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. (Habermas 2014, p. 435)

Sobre o mundo da vida:

O mundo da vida forma para o que é falado, discutido e abordado, um contexto mediato, que certamente é acessível em princípios, mas não pertence ao âmbito de relevância da situação de ação, delimitado pelo tema. O mundo da vida forma a rede intuitivamente presente, nesse aspecto familiar e transparente mas ao mesmo tempo inacabável, constituída de pressuposições que devem ser preenchidas para que um proferimento atual tenha sentido de modo geral, isto é, possa ser válido ou inválido (Habermas, 2022, p. 207-208, V.2).

No âmbito da esfera pública participativa, o "*mundo da vida*" é essencial, pois sustenta o diálogo e a deliberação entre os cidadãos. As ações "*teleológicas*"⁷⁵ ao qual compreendem e debatem questões de interesse comum de maneira mais profunda e engajada, promovendo uma comunicação orientada pela compreensão mútua e pela busca de consenso.

No âmbito da teoria da ação comunicativa de Habermas (2012), a colonização é identificada quando a racionalidade comunicativa que deveria ser orientada pela compreensão livre e mútua entre os indivíduos é substituída por uma lógica instrumental.

Sobre o mundo dos sistemas Habermas (2022, v.2) diz:

Em relação aos sistemas de ação, organizados formalmente e controlados por processos de poder e troca, os membros se comportam como se fossem parte da realidade natural, pois nos subsistemas da atividade teleológica a sociedade se coagula numa segunda natureza. Certamente, os atores podem abandonar a qualquer momento a orientação pelo entendimento, adotando um enfoque estratégico e objetivando contextos normativos como algo no mundo objetivo; porém nas sociedades modernas surgem esferas de organização formal e de relações sociais controladas por meios, as quais não permitem mais atitudes regidas por normas ou por pertencas sociais formadoras de identidade, relegadas para a periferia (p. 278-279).

Segundo Rosalvo Nobre Carneiro (2022), no mundo dos sistemas, o espaço social é estruturado e explicado por meio de fatores como o dinheiro e o poder. Em contraste, no mundo da vida, a esfera pública é entendida de forma mais complexa e tripartite, baseada na cultura, na organização social em grupos específicos, e nas características individuais das pessoas, incluindo suas dimensões subjetivas.

Além disso o capitalismo avançado a esfera publica deixa de ser o único meio de legitimar o poder, mas coloca em cerne o potencial da esfera publica pois ela seria nessa nova etapa uma articuladora para a formação de uma rede de comunicação e articularia o debate para com a vontade articulada pelo agentes dessa ação para a chegada do consenso entre os argumentos e aquele que tivesse maior poder de persuasão.

⁷⁵ Para Habermas, é aquela orientada por fins específicos, onde os indivíduos agem estrategicamente para alcançar objetivos previamente definidos.

A esfera pública não é mais tanto o “lugar”, o “espaço”, mas uma “rede pública de comunicação discursiva”. A esfera pública não está mais arraigada nas feições burguesas como a única fonte de legitimação. Isso significa: Habermas não se restringe mais a procurar um potencial normativo para a esfera pública no conjunto de instituições situadas no tecido social, mas numa rede de comunicação e articulação de fluxos comunicativos, na qual a formação da opinião e da vontade vêm a público. A noção de “mundo da vida” seria capaz de fornecer essas “condições” (Lubenow, 2007, p.112)

A esfera pública no capitalismo avançado deixou de ser um espaço físico delimitado e passou a ser compreendida como uma rede dinâmica de comunicação. Nesse novo cenário, a legitimidade das opiniões e vontades não se baseia mais em instituições tradicionais, mas emerge de interações discursivas espalhadas por uma rede complexa de fluxos comunicativos. Habermas, ao expandir sua visão da esfera pública, identifica essa rede de comunicação como o novo espaço onde a opinião pública é formada, indagando as experiências e as interações cotidianas dos *médiuns*, que agora desempenham um papel central na configuração gestacionado pelo mundo da vida.

A racionalização do mundo da vida possibilita por um lado a diferenciação de subsistemas independentes e ao mesmo tempo abre o horizonte utópico de uma sociedade civil burguesa, na qual os âmbitos formalmente organizados de Bourgeois (economia e aparato estatal) constituem os fundamentos para um mundo da vida pós-tradicional de Homme (esfera privada) e Citoyen (esfera pública) (Habermas, 2022, p. 480, V.2).

Esse duplo efeito da racionalização do mundo da vida, permite a diferenciação entre subsistemas, como a economia e o regime estatal, que se tornam independentes e formalmente organizados com isso abre para uma sociedade civil burguesa, onde esses subsistemas formam a base para a emergência de um mundo da vida pós-tradicional, dividido entre a esfera privada, e a esfera pública, onde o sujeito participa ativamente. Essa separação reflete a complexidade dessas esferas e as novas formas de vida capitalista e política.

Entre capitalismo e democracia se estabelece uma indissolúvel relação de tensões, pois competem pela primazia dos princípios opostos de integração social [...] Estes dois imperativos colidem sobretudo na esfera da opinião público-política, na que há de se acreditar a autonomia do mundo da vida frente ao sistema de ação administrativo. A “opinião pública” que se articula nessa esfera significa da perspectiva do mundo da vida algo distinto que da perspectiva sistêmica do aparato estatal (Habermas, 2022, p. 508, V.2).

De acordo com Lubenow (2007), ao considerar a relação entre sistema e mundo da vida, a esfera pública assume a função de proteger e garantir a autonomia do mundo da vida frente às imposições sistêmicas. Além disso, desempenha um papel simbólico de promover a integração social, cultivando a solidariedade derivada da cooperação. A esfera pública, nesse sentido, configura-se como o espaço social onde a prática comunicativa se manifesta, conferindo vitalidade ao mundo da vida e assegurando sua reprodução simbólica, função que

o sistema, por si só, não consegue cumprir, dessa forma, a esfera pública assume também o papel de ser a intermediária entre os mundos da vida e sistema, sendo a autonomia do mundo da vida perante os regimes do mundo dos sistemas, pois dentro desse espaço as deliberações da esfera pública e da esfera política ainda não age de forma instrumentalizada para a colonização, mas sendo ela a intermediadora para a não colonização sistêmica dessas esferas, mas que com o capitalismo tardio acaba sendo engolida os interesses deliberativos

Nesse contexto, a educação geográfica auxilia a esfera pública desempenhando um papel essencial na formação do cidadão capaz de participar ativamente dessa esfera ao promover a compreensão crítica dos espaços deliberativos, a educação geográfica não só desenvolve a consciência espacial e ambiental, mas também fortalece a capacidade de analisar e discutir questões sociais, políticas e econômicas. Assim, ela contribui para a criação de uma cidadania informada e engajada, capaz de intervir de forma deliberativa e consciente nas redes discursivas que moldam a esfera pública moderna.

Por fim trago as palavras de Carneiro (2022) sobre a educação geográfica do agir comunicativo:

A educação geográfica do agir comunicativo ou a Geografia escolar do mundo da vida simbolizam uma mesma ideia por serem conceitos complementares; por enfatizarem os processos da reprodução cultural, da solidariedade e das personalidades da nossa existência pela interação simbólica; ou por destacarem os processos de descolonização frente aos imperativos de reprodução material do mundo do sistema e de suas patologias humanas e sociais, o que cabe às interações sociais pelo paradigma intersubjetivo da linguagem (p.111).

2.2 TECNOLOGIA COMO RACIONALIDADE TÉCNICA E A COLONIZAÇÃO SISTÊMICA

O mundo dos sistemas, na teoria do agir comunicativo de Habermas, está relacionado à esfera dos mundos, sendo caracterizado pelo uso da ação instrumental para atingir seus objetivos. Esse mundo dos sistemas busca, de várias maneiras, colonizar o mundo da vida. Ele é dividido entre o poder econômico e o poder político, e emerge antes do mundo da vida, organizando os meios para ações não teleológicas, atuando de maneira predominantemente instrumental. Em contrapartida, o mundo da vida surge como uma oposição ao mundo dos sistemas, organizando as ações teleológicas com o objetivo de gerar consenso entre os participantes, com base na comunicação e no entendimento mútuo.

Sobre o mundo dos sistemas Habermas argumenta:

Em relação aos sistemas de ação, organizados formalmente e controlados por processos de poder e troca, os membros se comportam como se fossem parte da realidade natural, pois nos subsistemas da atividade teleológica a sociedade se

coagula numa segunda natureza. Certamente, os atores podem abandonar a qualquer momento a orientação pelo entendimento, adotando um enfoque estratégico e objetivando contextos normativos como algo no mundo objetivo; porém nas sociedades modernas surgem esferas de organização formal e de relações sociais controladas por meios, as quais não permitem mais atitudes regidas por normas ou por pertenças sociais formadoras de identidade, relegadas para a periferia (Habermas, 2022. V2. p. 278-279).

Dentro desse contexto olhar para o mundo dos sistemas com uma visão crítica e antes de tudo entender como os subsistemas (político e econômico) são atualizados de forma estrutural, pois é essa estrutura que visa o controle e até a eficiência, pois não procuram o consenso ou a racionalidade da ação buscando assim uma colonização sistêmica dentro do mundo da vida, e essa colonização implica também a esfera pública que antes servia para legitimar o mundo da vida.

A racionalidade deste tipo só se refere à correta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas (em situações dadas para fins estabelecidos), ela subtrai o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. Essa racionalidade estende-se, além disso, apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de ação que implica dominação; quer sobre a natureza ou sobre a sociedade. A ação racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controles (Habermas, 1915, p. 46).

Para reconhecer o mundo dos sistemas exige a observação de suas estruturas burocráticas e organizacionais da sociedade moderna, com seu viés instrumental, frequentemente suprimem a comunicação e a ação comunicativa dos indivíduos, com isso acontece uma marginalização da esfera pública participativa, pois o entendimento não está mais voltado para a mútua compreensão mais sim para os interesses de controle econômico ou até mesmo o controle dos grupos que pertence a esfera pública. “A integração sistêmica é um tipo de diferenciação segmentária que ocorre através das relações de troca e da estratificação das esferas de poder, resultando em dois níveis distintos de diferenciação no sistema: o econômico e o estatal” (Bettine, 2021, p. 81).

Com isso, a esfera pública⁷⁶ participativa perde gradualmente espaço, permitindo que a colonização sistêmica colonize sobre a esfera pública. Através de um agir instrumental, interesses políticos e econômicos são impostos, resultando em uma esfera pública cada vez mais restrita a determinados grupos de poder onde a participação democrática é marginalizada os agentes da comunicação passam a adotar um regime autoritário, em contraste com os princípios do mundo da vida, que busca o consenso por meio da participação e do diálogo.

⁷⁶ Dentro da esfera pública, podemos identificar os espaços destinados à deliberação dos interesses dos médiums.

Tanto a esfera pública política quanto a digital acabam sendo igualmente colonizadas por esses agentes sistêmicos.

Os mecanismos de integração sistêmica se aplicam aos efeitos da ação. Enquanto atravessam as orientações da ação de maneira subjetivamente discreta, eles podem deixar estruturalmente inalterados os contextos de ação da integração social que utilizam de modo parasitário – postulamos um tal entrelaçamento de integração sistêmica e social. Mas a descrição subjetiva de coerções sistêmicas que *instrumentalizam* um mundo da vida comunicativamente estruturado obtém o caráter de ilusão, de uma consciência objetivamente falsa (Habermas, 2022. p.282, V.2, grifo nosso).

A colonização sistêmica busca de forma desenfreada a retirada da conscientização política como Habermas discute nas ideias sobre a esfera pública e a participação deliberativa, pois a esfera pública política é uma das áreas da deliberação participativa ao qual foi cada vez mais se reduzindo a racionalidade da técnica que adentrou o mundo da vida, pois reduziu a ação comunicativa a mera tarefas praticas.

Pois com isso as pessoas deixariam a esfera pública participativa e se voltariam cada vez mais ao uso da técnica para a resolução de seus problemas, isso pode ser observado a parti do ponto onde a economia entrou nas participações políticas, isso demonstra a colonização sistêmica dentro do mundo da vida, a colonização consiste na imposição das estruturas culturais, econômicas e sociais de um poder dominante sobre outras culturas ou sociedades.

A colonização sistêmica não se limitou às esferas públicas e políticas tradicionais, mas também se expandiu para a esfera pública digital, conforme propõe Habermas (2023) em sua obra: *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. Pois junto do avanço das tecnologias o capitalismo adentrou a essa esfera e usa da tecnologia e da ciência para legitimar seus interesses.

Sobre isso Habermas diz que:

Assim a esfera publica também poderia ser examinada em sua contribuição funcional para a integração da sociedade e, especificamente, tendo em vista a integração política dos cidadãos. Embora esteja ciente de que a esfera pública é um fenômeno social que vai muito além da contribuição funcional para a formação democrática da vontade em estados constitucionais. (Habermas, 2023. p.28)

Essa expansão da colonização sistêmica para a esfera pública digital reflete a crescente instrumentalização da tecnologia, que passa a ser usada não apenas como meio de comunicação, mas como ferramenta de controle e manipulação. As plataformas digitais, dominadas por interesses estratégicos, moldam as interações sociais e políticas transformando o debate público em um processo cada vez mais direcionado por algoritmos e pela lógica mercadológica. Assim, o espaço que antes favorecia a deliberação democrática e o diálogo

entre cidadãos se torna um ambiente de segmentação e polarização, onde a busca por consenso é elevada pela imposição de agendas específicas

A racionalidade técnica que penetra no mundo da vida acaba por enfraquecer as dinâmicas comunicativas, gerando um distanciamento entre os cidadãos e as questões políticas e sociais que afetam suas vidas. Ao preferir favorecer a emancipação e a construção de uma esfera pública verdadeiramente inclusiva e deliberativa, a tecnologia se converte em um mecanismo que fortalece as estruturas de poder e controle. Nesse cenário, a esfera pública digital, em vez de promover uma renovação democrática e um espaço de participação ampliado, tende a perpetuar as desigualdades e as dinâmicas excludentes do mundo dos sistemas.

A nova configuração ideológica baseia-se na distribuição de compensações sociais que constroem um sistema de estratos dentro de uma classe que serve para evitar que outro grupo social seja afetado, o que significa que a classe média nada mais é do que um escudo protetor para os grupos dominantes. Esse esquema de compensação da nova ideologia mantém a lealdade das massas e a interpretação das conquistas não deve ser política; ela se refere imediatamente à distribuição de dinheiro e tempo de trabalho gratuito e, mediatamente, à justificativa tecnocrática da exclusão de questões práticas (Artica; Almeida; Ghedin, 2023, p. 553).

A colonização sistêmica, ao se estender para o ambiente digital, consolida a fragmentação do espaço público, restringindo a participação de grupos que já detêm poder, enquanto marginaliza vozes dissidentes e críticas ao status quo. Assim, a promessa de uma esfera pública digital inclusiva e democrática se vê comprometida pela lógica instrumental que governa suas plataformas, perpetuando as dinâmicas de dominação e controle existentes.

Com a secularização do poder estatal, surgiu uma lacuna legitimação. Dado que nas sociedades modernas o poder legitimador da crença na vocação divina das dinastias dominantes tornou-se insuficiente, o sistema democrático precisou se legitimar a parti de si mesmo, por assim dizer, e mais precisamente pela força geradora de legitimidade do procedimento legalmente institucionalizado de formação democrática de opinião. (Habermas, 2023. p.38)

É necessário que este tenha se diferenciado da respectiva cultural majoritária a tal ponto que, em uma sociedade pluralista, todo cidadão possa se reconhecer na cultura política comum. O vínculo social de uma sociedade, por mais que tenha uma composição heterogênea, só não será rompida se a integração política garantir universalmente uma solidariedade cidadã que de modo algum requer um altruísmo incondicional. (Habermas, 2023. p.48)

A questão da ideologia sistêmica dentro da esfera pública digital aprofunda ainda mais o processo de colonização do mundo da vida, conforme descrito por Habermas. Uma ideologia sistêmica é alimentada por uma racionalidade instrumental que permite as interações digitais, estabelecendo normas e práticas que reforçam os interesses dos subsistemas políticos e econômicos. Isso se manifesta por meio de plataformas digitais que

não apenas operam como mediadoras neutras de comunicação, mas moldaram o discurso público, promovendo valores e prioridades inseridas aos participantes da ação.

A colonização sistêmica na esfera pública digital, ao consolidar o controle econômico e político sobre as plataformas de comunicação, intensifica a fragmentação do debate público e marginaliza vozes que poderiam contribuir para um consenso democrático. A lógica instrumental que rege essas plataformas reduz o espaço para a deliberação livre, substituindo o diálogo aberto por uma agenda dominada por interesses estratégicos.

Nesse cenário, é urgente resgatar os princípios do agir comunicativo e da participação cidadã como meios de combater essa colonização e revitalizar a esfera pública, tanto política quanto digital, para que ela possa, de fato, ser um espaço inclusivo e deliberativo.

3 DESINFORMAÇÃO, ESFERA PÚBLICA E A INTEGRIDADE DO MUNDO DA VIDA

No ambiente digital, essa ideologia sistêmica se expressa pela criação de um ambiente de comunicação que promove a eficiência técnica a maximização de lucros e a manutenção de estruturas de poder existentes, em detrimento de uma verdadeira deliberação pública e inclusiva. Assegura Habermas (2023) a esfera pública política está profundamente ligada à sociedade civil, que atua como uma espécie de amplificadora das perturbações geradas por sistemas específicos relevantes que refletem de ajustes, facilitando, assim, as conexões comunicativas entre a política e os contextos sociais que a circundam.

Sobre a estrutura midiática digital Habermas nos traz que:

O progresso tecnológico da comunicação digitalizada promove em primeiro lugar tendências que dilatam os limites da esfera pública, mas também provocam sua fragmentação. O caráter horizontal [*Plattformcharakter*] da nova mídia, ao lado da esfera pública editada [*redaktionellen Öffentlichkeit*], cria um espaço de comunicação no qual os eleitores, ouvintes e espectadores podem assumir espontaneamente o papel de autores. O alcance da nova mídia pode ser visto no resultado de um levantamento longitudinal sobre o uso dos serviços de mídia ampliados. (Habermas, 2023. p.29)

Habermas sugere que o avanço tecnológico na comunicação digital tem um efeito duplo na esfera pública. Por um lado, ele expande os limites da esfera pública, permitindo que mais indivíduos participem do debate público. Por outro lado, esse mesmo progresso causa fragmentação pois a comunicação se torna mais dispersa e polarizada. A mídia digital, com seu caráter horizontal, permite que os usuários assumam o papel de produtores de conteúdo, ou que democratizem o acesso à informação. No entanto, essa abertura também cria um ambiente onde a diversidade de opiniões pode levar à fragmentação do discurso público.

De acordo com Gontijo (2005), o enfraquecimento das interações comunicativas entre sujeitos concretos, conforme Habermas, resulta na repressão da ética em favor da lógica dos sistemas, cuja organização se baseia na tecnociência e no mercado. Em oposição a essa perspectiva, o teórico alemão sugere a possibilidade de um racionalismo substancial, ancorado no agir comunicativo, que orientaria as ações sociais dos indivíduos com base em um sentido compartilhado pela comunidade.

A consciência tecnológica é “menos ideológica” do que todas as ideologias anteriores; a ideologia dominante de hoje, que transforma a ciência em um fetiche, é mais irresistível e mais abrangente do que as ideologias antigas, uma vez que o véu prático justifica um interesse dominante parcial de uma determinada classe e oprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, uma vez que também atinge o interesse emancipatório da espécie humana como tal (Habermas, 1978, p. 325).

A regulação da mídia nesse contexto se torna um fator crucial. As plataformas digitais, sendo grandes agentes da esfera pública, têm o poder de moldar as percepções políticas, sociais e culturais dos indivíduos. Contudo, a falta de uma regulação eficaz sobre essas mídias digitais permite que a colonização sistêmica avance sem restrições. Empresas de tecnologia, orientadas pela lógica do mercado, têm grande influência sobre o tipo de informação que é divulgada e quais vozes são amplificadas ou silenciadas.

A racionalização do plano da estrutura institucional só pode ser alcançada em um meio de interação verbalmente mediado por meio de uma descompressão no domínio comunicativo. As instituições seriam modificadas em sua composição específica além dos limites de uma mera mudança de legitimação (Habermas, 1978, p. 231).

A ausência de uma regulação adequada não só perpetua as desigualdades no acesso à informação, mas também consolida o poder dos grandes conglomerados de mídia e tecnologia sobre a esfera pública digital. Esses atores, movidos por objetivos econômicos, têm o poder de definir as restrições do debate público, o que resulta na exclusão de perspectivas alternativas e na marginalização de vozes dissidentes. portanto, a ideologia sistêmica que domina a esfera pública digital é mantida pela ausência de mecanismos regulatórios eficazes que possam limitar o poder das grandes corporações tecnológicas e garantir que a esfera pública mantenha um espaço de verdadeira deliberação democrática.

Aspecto	Colonização Sistêmica	Desinformações nas Mídias Digitais
Agentes da Ação	Grandes mídias, corporações e governos que controlam informações digitalmente.	Plataformas digitais e algoritmos que promovem conteúdo sensacionalista e polarizador.

Objetivo	Imposição de lógica econômica e política sobre a esfera público.	Maximizar lucros e manipular a opinião pública com informações distorcidas.
Impacto na Esfera Pública	Redução da participação cidadã e enfraquecimento da deliberação democrática.	Fragmentação da opinião pública e dificuldade em alcançar consenso.
Mecanismos de Ação	Algoritmos que favorecem conteúdos de interesse sistêmico.	Disseminação de fake news e teorias da conspiração.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A regulação da mídia, nesse sentido, não deve ser vista apenas como uma tentativa de controlar o fluxo de informações, mas como uma ferramenta essencial para garantir que o espaço público digital possa resistir à colonização sistêmica e promover a participação cidadã, a necessidade de regular a mídia digital vai além da simples proteção contra desinformação. Trata-se de criar um ambiente onde a diversidade de opiniões e a pluralidade de vozes sejam garantidas, possibilitando uma esfera pública mais inclusiva e resistente à manipulação por interesses econômicos e políticos. Sem essa regulação, o espaço digital corre o risco de se tornar uma arena dominada pela lógica instrumental, na qual os valores democráticos estão comprometidos em nome da eficiência, do lucro e da manutenção de estruturas de poder.

A racionalidade deste tipo só se refere à correta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas (em situações dadas para fins estabelecidos), ela subtrai o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. Essa racionalidade estende-se, além disso, apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de ação que implica dominação; quer sobre a natureza ou sobre a sociedade. A ação racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controles (Habermas, 1975, p. 46).

Como traz Castro e Rocha (2015) a realidade externa, que se refere às nossas percepções e sensações, é independente do pensamento de qualquer indivíduo específico, mas não do pensamento em geral. Com isso, Peirce garante a objetividade da "opinião final" da comunidade, alinhando-a com o real e tornando a verdade e o real coincidentes com o objeto dessa opinião final. Se a realidade é o objeto da opinião final, e se essa opinião se restringisse a um grupo particular, então as externalidades correspondentes poderiam ser apenas concepções desse grupo, resultando em uma visão idealista.

A tecnologia não se limita a dispositivos mecânicos ou eletrônicos; sua essência está ligada ao saber-fazer e à capacidade de usar a razão; ela abrange qualquer forma de instrumentalização e manipulação do mundo que permita a transformação e a utilização de recursos. A tecnologia, em seu sentido moderno, busca a verdade e abrange mais do que um meio para atingir objetivos; ela, enquanto ambiente onde "mora" o humano, muda a forma como percebemos e interpretamos a realidade. Portanto, altera radicalmente nossos mecanismos internos de percepção e representação do mundo. (Artica; Almeida; Ghedin, 2023, p. 557)

No Brasil, atualmente observamos uma fragilidade na esfera pública que não se limita apenas ao país, mas que merece uma atenção especial. Em particular, é possível perceber a utilização exagerada da esfera pública digital pelo poder político para influenciar os rumos das eleições. A esfera pública digital tem sido empregada para disseminar fake news⁷⁴, com o uso de plataformas como Instagram, WhatsApp e Telegram. Estes aplicativos de mensagens, que são abertos a qualquer tipo de discurso, têm servido para propagar discursos de ódio. Como aponta Habermas (2023), a desconfiança em relação à mídia estatal está ligada à corrupção e à falta de integridade dos ideais da classe política, o que gera dúvidas e ceticismo entre os ouvintes.

Determinados fins e interesses de dominação não são outorgados à técnica apenas «posteriormente» e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com coisas. Um tal fim de dominação é «material» e, neste sentido, pertence a própria forma da razão técnica (Habermas, 1968, p. 47)

Além do período eleitoral, o pós-eleitoral também foi marcado pelo uso das mídias sociais para desacreditar as instituições democráticas do país e promover o caos. Diversos grupos de extrema-direita, a serviço de um verdadeiro "gabinete do ódio", foram responsáveis pelo maior ataque à democracia desde o golpe de estado de 1964. Esses grupos desafiaram a legitimidade das eleições, utilizando a esfera pública digital para mobilizar seus seguidores em um verdadeiro espetáculo de desordem. Historicamente, o próprio presidente da República na época, Jair Bolsonaro⁷⁵, utilizou suas redes sociais para propagar mentiras sobre o sistema eleitoral que o elegeu em 2018. Esse fenômeno foi influenciado pelo movimento semelhante ocorrido nos Estados Unidos, onde o chefe de Estado, também se valendo de sua influência na esfera pública digital, incitou seus apoiadores a invadir o Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Sobre as *fake news* no governo Trump Habermas diz que:

Ainda mais notável e outra tendência. Obviamente, a crescente infiltração de *fake news* na esfera pública política, especialmente a espetacular evolução para uma *post-truth-democracy* [democracia da pós-verdade], que durante o governo Trump se tornou uma normalidade assustadora nos Estados Unidos, também aumentou a desconfiança a mídia na Europa (Habermas, 2023, p. 66).

No contexto brasileiro, podemos observar que as mídias sociais foram frequentemente utilizadas para a disseminação de discursos de ódio direcionados a grupos ou indivíduos específicos, sobretudo aqueles associados à esquerda política. Isso evidencia o grau de

⁷⁴ Fake news são informações falsas ou enganosas divulgadas como se fossem verdadeiras, com o objetivo de manipular a opinião pública.

⁷⁵ Escrevemos em letras minúsculas para minimizar a importância

fragmentação que atingiu tanto a esfera pública digital quanto a esfera pública política. As redes sociais também serviram como plataforma para a organização de protestos e greves, com o Telegram sendo amplamente utilizado para esse fim, uma vez que não possui mecanismos de bloqueio de conteúdos como os que existem no WhatsApp. Foi por meio de grupos no telegram⁷⁶ que, por exemplo, a greve dos caminhoneiros foi articulada, ainda que com pouca adesão. Além disso, a ocupação das frentes dos quartéis, amplamente promovida por esses grupos no telegram, também contou com convites via whatsapp e até mesmo pelo instagram, onde mentiras foram divulgadas para um público específico, que, por sua vez, mobilizou outras pessoas, resultando em acampamentos diante de quartéis em diversas partes do Brasil.

Sobre a desinformação na esfera publica Habermas aponta:

Pois as plataformas digitais não apenas convidam a criação espontânea de mundos próprios confirmados de maneira intersubjetiva, como também, ao mesmo tempo, parecem dar a obstinação dessas ilhas de comunicação o posto epistêmico de esferas publicas concorrentes. Mas antes de podermos avaliar esse lado subjetivo das atitudes dos destinatários alteradas pela oferta da mídia, devemos olhar para a dinâmica econômica que distorce cada vez mais a percepção subjetiva da esfera pública editada. Pois os traços idiossincráticos desses modos de recepção promovidos pela mídia social não devem distorcer a ancoragem econômica da transformação da estrutura midiática esboçada em linhas gerais e, por enquanto, largamente não regulamentada do ponto de vista político (Habermas, 2023, p. 67-68).

15

Isso mostra além da fragmentação da esfera pública digital, uma ruptura daqueles que estão ligados a esses atos antidemocráticos, que trouxeram riscos a nossa democracia, isso também traz o debate sobre a regulamentação dessas redes, pois sem filtros que impeçam esse tipo de pratica os mesmos ainda continuaram a fazer esses mesmos tipos de praticas, fragmentando cada vez mais essa esfera, e ate mesmo a esfera política, pois muito se fala em liberdade de expressão, mas se confundem liberdade de expressão com ataques a governos e ate mesmo a pessoas ou grupos raciais.

No brasil vivemos um episódio de bloqueio de uma rede social o X⁷⁷, que antes cumpria as determinações da justiça brasileira, mas que foi comprada por um grande bilionário Elon Muks, que não esta interessado na democracia de nenhum pais, ou ate mesmo nas consequências que os atos de certos grupos extremistas podem fazer com o alcance dessa rede social, sua preocupação e nada mais do que com os lucros, isso mostra que o agente sistêmico econômico busca de qualquer forma se apropriar colonizando o mundo da vida daqueles que fazem o uso dessas redes sociais e propagar a fragmentação desse mundo.

⁷⁶ A partir deste ponto, os nomes das redes sociais serão escritos em letras minúsculas para não desviar o foco da mensagem principal.

⁷⁷ Antigo Twitter.

4 CONCLUSÃO

A investigação realizada neste estudo permitiu uma compreensão aprofundada dos desafios contemporâneos impostos pela digitalização da esfera pública e a influência exercida pelas estruturas de poder econômico e político sobre as dinâmicas de comunicação. A colonização sistêmica, tema central do pensamento habermasiano, foi contextualizada à luz das tecnologias digitais e das plataformas mediadas por algoritmos, evidenciando como essas plataformas têm instrumentalizado a esfera pública, restringindo a deliberação democrática e ampliando a fragmentação social.

Habermas destacou a importância de uma esfera pública aberta e inclusiva, onde o debate racional pode prosperar livre de coerção. Contudo, o cenário atual revela uma crescente colonização da esfera pública digital por interesses econômicos, promovidos por grandes corporações tecnológicas. Esta instrumentalização não apenas distorce o espaço público, mas também marginaliza vozes críticas, limitando o potencial de uma deliberação verdadeiramente democrática.

A pesquisa explorou como a desinformação e as fake news são consequências diretas dessa colonização, que utiliza as ferramentas digitais não para facilitar a comunicação, mas para manipular opiniões e consolidar poder. A racionalidade técnica, que permeia as plataformas digitais, opera de forma a moldar as interações, reduzindo o debate público a uma lógica instrumental voltada para o lucro e para a manutenção das estruturas de dominação.

Dessa forma, a regulação democrática das tecnologias digitais se apresenta como uma necessidade urgente para resgatar o papel emancipatório da esfera pública. Ao contrário de limitar a liberdade de expressão, essa regulação deve buscar reequilibrar as dinâmicas de poder, garantindo que a esfera pública digital seja um espaço inclusivo, onde a deliberação democrática possa ocorrer sem a interferência desmedida de interesses econômicos ou políticos. Somente assim será possível promover uma esfera pública digital que esteja à altura dos desafios da contemporaneidade, fortalecendo a cidadania ativa e a participação política em um contexto cada vez mais mediado pela tecnologia.

Em síntese, a colonização sistêmica da esfera pública digital é um fenômeno que exige reflexão crítica e ação regulatória, sob o risco de a esfera pública se tornar uma ferramenta de controle e segmentação, em vez de um espaço para o exercício da autonomia democrática e da deliberação racional. O desafio posto à democracia contemporânea é assegurar que o

desenvolvimento tecnológico sirva à emancipação humana, e não à sua subordinação a interesses privados.

REFERÊNCIAS

ARTICA, Andrea; ALMEIDA, Sandra Rejane; GHEDIN, Evandro. Relação entre técnica, ciência e tecnologia. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S.L.], v. 15, n. 39, p. 544-558, 18 dez. 2023. Universidade Católica de Santos. <http://dx.doi.org/10.58422/repesq.2023.e1523>.

BETTINE, Marcos. **A teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais**. São Paulo: Edições Each, 2021.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Educação geográfica do agir comunicativo: geografia escolar do mundo da vida**. Curitiba: Appris, 2022.

CASTRO, Rakel de; ROCHA, Heitor Costa Lima da; Comunicação, Ideologia e Ciência: questões epistemológicas e metodológicas. **Estudos em Comunicação**, [S.L.], n. 21, p. 93-111, 21 dez. 2015. Universidade da Beira Interior. <http://dx.doi.org/10.20287/ec.n21.a07>.

GONTIJO, M. Sujeito, tecnologia e recepção: contribuição aos estudos de uso de novas tecnologias de informação e comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23675>. Acesso em: 17 set. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: da racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Unesp, 2022. 1 v.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa: para a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Unesp, 2022. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Unesp, 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. São Paulo: Unesp, 2014. Tradução: Felipe Gonçalves da Silva.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas**. 2007. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion: Revista de Filosofia**, [S.L.], v. 51, n. 121, p. 227-258, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-512x2010000100012>.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 248 p.